

FORMULÁRIO DE CANDIDATURA AO PROCEDIMENTO CONCURSAL

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO:

Código da publicação do
procedimento

OE202303/0176

Código de candidato

CARACTERIZAÇÃO DO POSTO DE TRABALHO:

Carreira: Assistente Operacional

Categoria: Assistente Operacional

Área de atividade: Auxiliar de Apoio à Saúde

RJEP por tempo indeterminado

RJEP por tempo determinado

RJEP por tempo determinável

1. DADOS PESSOAIS

Nome Completo:

Data de nascimento:

Sexo: Masculino

Feminino

Nacionalidade:

Nº de Identificação Fiscal:

Morada:

Código Postal:

Localidade:

Concelho de residência:

Telefone:

Telemóvel:

Endereço eletrónico:

2. NÍVEL HABILITACIONAL

Assinale o quadrado apropriado:

01 Menos de 4 anos de escolaridade

02 4º Ano de Escolaridade (1º Ciclo do Ensino Básico)

03 6º Ano de Escolaridade (2º Ciclo do Ensino Básico)

04 9º Ano (3º Ciclo do Ensino Básico)

05 11º Ano de Escolaridade

06 12º Ano (Ensino Secundário)

07 Curso Tecnológico/Profissional/Outro (Nível III/IV)*

08 Bacharelato

09 Licenciatura

10 Pós-Graduação

11 Mestrado

12 Doutoramento

13 Curso de Especialização Tecnológica

99 Habilitação Ignorada

* Nível III/IV: Nível de qualificação da formação (c/ equivalência ao ensino secundário)

2.1. Identifique a área do Curso Tecnológico/Profissional/Outro, Bacharelato ou Licenciatura:

2.2. Indique cursos de Pós-Graduação, Mestrado ou Doutoramento:

3. SITUAÇÃO JURÍDICO/ FUNCIONAL DO TRABALHADOR

3.1. Titular de relação jurídica de emprego público?

Sim Não

3.2. Em caso negativo, passe directamente ao ponto 4 deste formulário. Em caso afirmativo, especifique qual a sua situação:

3.2.1- Nomeação	Definitiva	
	Transitória por tempo determinado	
	Transitória por tempo determinável	
3.2.2- Contrato	Tempo indeterminado	
	Tempo determinado	
	Tempo determinável	
3.2.3- Situação Atual	Em exercício de funções	
	Em licença	
	Em SME	

5. FORMAÇÃO OU EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL SUBSTITUTIVA DO NÍVEL HABILITACIONAL EXIGIDO

5.1 No caso de a publicitação permitir a candidatura sem o grau académico exigido, indique a formação ou experiência profissional substitutiva.

6. OPÇÃO POR MÉTODOS DE SELECÇÃO

Se é titular da categoria e se encontra a exercer funções idênticas às do/s posto/s de trabalho publicitado/s ou, encontrando-se em Regime da Valorização Profissional, as exerceu por último e pretende usar da prerrogativa de afastamento dos métodos de selecção obrigatórios, nos termos do nº 3, do artº 36º, da LTFP, assinale a seguinte declaração:

*"Declaro que afasto os métodos de selecção obrigatórios, **Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação de Competências**, e opto pelos métodos **Prova de Conhecimentos e Avaliação Psicológica**".*

7. REQUISITOS DE ADMISSÃO

" Declaro que reúno os requisitos previstos no artº 17º, da LTFP, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20/06 e, se for o caso, os requisitos exigidos especiais exigidos no aviso de abertura integral.

Sim

Não

8. NECESSIDADES ESPECIAIS

8.1 Caso lhe tenha sido reconhecido, legalmente, algum grau de incapacidade, indique se necessita de meios / condições especiais para a realização dos métodos de selecção.

9. DECLARAÇÃO (alínea g), nº 1, do artº 19º, da Portaria nº 125-A /2019 de 30/04)

"Declaro que são verdadeiras as informações acima prestadas".

Localidade: _____ **Data:** _____

Assinatura: _____
(Conforme Documento de Identificação Civil)

Documentos que anexa à candidatura:

Currículo

Certificado de habilitações

Comprovativos de formação anexos.
(Quantidade: ____)

Declaração comprovativa de RJEP

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

Outros:

10. PRIVACIDADE DE DADOS

Os dados pessoais constantes no presente formulário de candidatura e documentos anexos destinam-se única e exclusivamente para efeitos de todos os atos necessários ao normal desenvolvimento do procedimento concursal identificado e cujo responsável de tratamento é o Município de Tábua.

Poderá exercer os seus direitos através do email: dpo@cm-tabua.pt

Tomei conhecimento e li o ANEXO 1 ao presente formulário, referente ao aviso de Privacidade dos dados pessoais.

Data: ____/____/____ Assinatura: _____
(Conforme Documento de Identificação Civil)

(*) Relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, quando exista, bem como da carreira e categoria de que seja titular, da atividade que executa e do órgão ou serviço onde exerce funções.

ANEXO 1 – AVISO DE PROVACIDADE – PROCEDIMENTOS CONCURSAIS

– 1 –

O Município de Tábua no âmbito das suas atribuições e competências e no cumprimento do acordo Regulamento Geral de Proteção de Dados (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril, e Lei nº 58/2019, de 8 de agosto (RGPD), é responsável pelo tratamento dos dados pessoais recolhidos no âmbito do presente processo de recrutamento.

– 2 –

Os dados pessoais recolhidos destinam-se à gestão do processo de recrutamento, em conformidade com o disposto na alínea b), do nº 1, do artº 6º, do Regulamento Europeu em vigor e nos demais termos definidos por Lei (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, na sua atual redação, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, e da Portaria nº 125-A/2019, de 30 de abril, na sua atual redação), as quais decorrem do interesse público refletido no nº 2, do artº 47º, da Constituição de República Portuguesa, ao determinar o concurso público como forma de ingresso na Administração Pública.

São ainda recolhidos e registados dados pessoais emanados da tramitação das diversas fases do procedimento, sendo que os dados relativos a eventual avaliação psicológica e exame médico estão sujeitos a especial sigilo e fundamentam-se no cumprimento de obrigações e na medicina preventiva e do trabalho, para a avaliação da capacidade de trabalho do empregado [artº 9º, nº 2, alíneas b) e h), e nº 3, do RGPD].

Para cumprimento de obrigações legais, os resultados dos vários métodos de seleção serão publicitados, assim como facultados a outros candidatos que o solicitem, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

Os dados de contacto recolhidos serão ainda utilizados para as comunicações e notificações aos candidatos no âmbito do presente processo.

– 3 –

O tratamento fundamenta-se nas diligências pré-contratuais para estabelecimento do vínculo de emprego público [artº 6º, nº 1, alíneas c), e) e b), do RGPD].

Os destinatários dos dados recolhidos são elementos do júri e de um número restrito de trabalhadores da área de Recursos Humanos. (Se houver terceiros é necessário identificar, por exemplo: Para cumprimento da aplicação do método de seleção avaliação psicológica, são transmitidos dados de identificação e de contacto dos candidatos a uma entidade especializada para o efeito, nos termos previstos na lei e no Acordo de Tratamento de Dados).

O não fornecimento dos dados poderá originar a exclusão dos candidatos.

– 4 –

Os dados pessoais são conservados pelo prazo de cinco anos contados desde a data de homologação da lista de classificação final ou listagem equivalente do processo de recrutamento, findo o qual são eliminados, salvo aqueles que respeitem a candidatos que tenham constituído relação jurídica de emprego público com o Município, que serão conservados, nos termos e para efeitos do cumprimento das obrigações legais do responsável do tratamento.

De acordo com o artº 470, da Portaria nº 125-A/2019 de 30 de abril, é destruída a documentação apresentada pelos candidatos quando a sua restituição não seja solicitada no prazo máximo de um ano após a cessação do respetivo procedimento concursal exceto em casos que tenham sido objeto de impugnação jurisdicional.

– 5 –

Os dados recolhidos não são usados pelo Município de Tábua para decisões automatizadas, nomeadamente não são tratados para a definição de perfis automatizados.

– 6 –

É objetivo do Município de Tábua garantir a qualidade e integridade da informação fornecida pelos candidatos, tendo para isso implementado as medidas necessárias, tanto ao nível tecnológico como organizacional, de forma a manter a informação segura.

– 7 –

Enquanto titular de dados pode exercer o direito de informação; direito de acesso; direito à retificação dos dados inexatos; direito de apagamento; direito à limitação do tratamento; direito à minimização dos dados; direito de se opor ao tratamento; direito de portabilidade dos dados; direito à não sujeição a decisões individuais automatizadas; nas situações de consentimento, direito de retirar consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado.

Pode ainda apresentar reclamação à autoridade de controlo (Comissão Nacional de Proteção de Dados).

Pode exercer os seus direitos através do email: dpo@cm-tabua.pt